

EDITORIAL

SOCIEDADE E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Etiene Villela Marroni (UFPEL), Carlos Alberto Seifert Jr (FURG), Alfredo Alejandro Gugliano (UFRGS),
Guilherme de Queiroz Stein (Universidade de Münster), Magayo de Macêdo Alves (UFPEL) – ORGANIZADORES

Este Dossiê Especial é fruto da união de diversos segmentos sociais, vítimas dos eventos climáticos severos que assolaram o estado do Rio Grande do Sul no segundo semestre do ano de 2023. A proposta desse grupo é ampliar as vozes que circulam em uma publicação científica, buscando a inclusividade e a abertura epistemológica. Assim, contam com a colaboração de estudantes, professores, médicos, assistentes sociais, psicólogos, servidores públicos municipais, membros da defesa civil, militantes de ONGs, dentre outros agentes públicos e privados, que muito nos honram e orgulham. Com isso, o Dossiê abrange temas importantes no contexto das emergências climáticas em território gaúcho: os grupos populares e suas formas de resistência; políticas públicas; instituições; governança e sustentabilidade; saúde mental e perspectivas humanistas.

A ciência se concretiza com fatos. E, abrir a Revista CEDEPEM para que a sociedade possa falar, configurou-se em um grande desafio para todos. Qual seria o método correto para abarcar tantas experiências diferenciadas sobre os eventos derivados das mudanças climáticas?

A resposta é simples: inclusão!

Incluir significa ampliar o debate, visibilizar os invisibilizados, descentralizar decisões, despir-nos de vaidades pessoais e profissionais. Os indivíduos precisam de voz, as comunidades precisam de respeito, as pequenas e médias cidades precisam de maiores investimentos. A base da democracia situa-se nos municípios e a política deve ser plural, pois espera-se que a representatividade se torne, realmente, representativa e, trabalhar com mudanças climáticas nos fez refletir a hipocrisia do nosso próprio discurso. Nessa direção, trabalhar com mudanças climáticas levou-nos à reflexão sobre a necessidade de aproximação dos debates acadêmicos para a dura realidade cotidiana, trazida pelas catástrofes climáticas, em busca de caminhos e soluções democráticas e inclusivas. Ainda que o debate

sobre a integração de saberes populares e sociais cotidianos com o conhecimento técnico-científico já se faça há muito tempo, pouco se avançou em práticas nos espaços institucionalizados que, enquanto pesquisadores(as), ocupamos. Por isso, aqui apresentamos um processo possível!

Os gritos longínquos daqueles que precisam de auxílio chegam aos nossos ouvidos, com a fraqueza de um desalento contínuo. A população pede ajuda e respeito. A natureza responde a partir de uma forma plena de entendimento holístico. É saber ler e entender a natureza. Ela não pede ajuda somente para si, mas para quem dela depende. Ensina quem está na volta e longe dela. Explica que urge dela tomar conta. Mas, espera que aqueles que longe estão e detêm o poder, saibam dividir. Falar em mercado de crédito de carbono, descarbonização da economia... para quem?

Justiça ambiental e climática passa a ser uma discussão central, mas muitas vezes ignorada! Porque são imensas as desigualdades, principalmente no interior do Brasil. Faltam infraestruturas e capacidades para mitigar e se adaptar às mudanças. Carecem investimentos em educação e saúde, cruciais para desenvolver uma consciência ecológica, prevenir e enfrentar os desastres. Acima de tudo, há um déficit de visibilidade e representatividade para populações pobres e marginalizadas, que são as mais atingidas. A equação do jogo eleitoral mostra-nos que o investimento tende a ir para onde há mais votos. As minorias não recebem os recursos e a atenção pública necessários, continuando invisibilizadas e sofrendo com as consequências.

Negar o direito à dignidade, à moradia, à saúde pública e demais questões, que garantam o mínimo existencial dessas populações, também é uma expressão do negacionismo. Por isso, reconhecer as mudanças climáticas passa, necessariamente, pelo reconhecimento de suas injustiças. Que a inclusão, aqui requisitada, possa alimentar um círculo virtuoso de propostas e práticas políticas, alinhadas com as necessidades cotidianas dos mais vulnerabilizados em face de catástrofes reais, atuais e intensas. Espera-se assim que, ao dar voz para diversos atores, muitas vezes excluídos do debate público, esse Dossiê Especial contribua para se repensar a agenda de políticas públicas para o enfrentamento das mudanças climáticas e das catástrofes ambientais no Rio Grande do Sul, com a expectativa de se construir arranjos mais inclusivos, democráticos e efetivos.

REALIZAÇÃO:

